

OS PROFISSIONAIS DE ATIVIDADES FÍSICAS DE AVENTURA NA NATUREZA NO CENÁRIO CAPIXABA¹

Recebido em: 21/09/2020

Aprovado em: 11/03/2021

Licença: 

*Paula Cristina da Costa Silva*²

*Lara Júlia Rodrigues Marcelos*³

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Vitória – ES – Brasil

RESUMO: A realização das Atividades Físicas de Aventura na Natureza (AFAN) conta com a atuação de profissionais que possam garantir sua prática de forma segura e prazerosa. Este artigo objetivou delinear o perfil dos profissionais de AFAN que atuam na Região Metropolitana de Vitória, Espírito Santo, incluindo dados socioeconômicos, condições de trabalho, formação e os riscos a que estão sujeitos. Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, com a coleta de dados realizada por meio de questionário semiestruturado. Participaram 25 profissionais e os resultados apontaram que a maioria eram homens, jovens, autônomos, que obtêm a maior parte de sua renda com o trabalho com AFAN. Grande parte apresentava formação no ensino superior e corria risco no exercício da profissão. Como conclusão, verificamos a necessidade de formação interdisciplinar, a regulação do mercado das AFAN e o investimento em políticas públicas para esse setor.

PALAVRAS-CHAVE: Atividades Físicas de Aventura na Natureza. Educação Física e Treinamento. Formação Profissional.

PROFESSIONALS OF PHYSICAL ADVENTURE ACTIVITIES IN NATURE AT THE CAPIXABA SCENERY

ABSTRACT: The accomplishment of Physical Adventure Activities in Nature (AFAN) has the performance of professionals who can ensure your practice in a safe and pleasant way. This article aimed to outline the profile of the AFAN professionals working in the Metropolitan Region of Vitória, Espírito Santo, Brazil, including socioeconomic data, working conditions, training and the risks to which they are

¹ Pesquisa financiada pelo Programa de Iniciação Científica (PIIC), da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

² Professora Doutora do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo (CEFD/UFES). Doutora em Educação e Mestre em Estudos do Lazer/Educação Física na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Coordenadora do Laboratório de Ginástica e práticas corporais (LABGIN), no CEFD/UFES. Atualmente é Diretora de Esportes, Lazer e Projetos Especiais da Pró-reitoria de cidadania e assuntos estudantis da UFES.

³ Estudante do curso de Bacharelado em Educação Física do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo (CEFD/UFES).

subject. It is a qualitative and quantitative research, with data collection carried out through a semi-structured questionnaire. Twenty five professionals participated and the results showed that the majority were men, young, self-employed, who obtain most of their income from working with AFAN. Most of them were trained in higher education and were at risk in the exercise of their profession. As a conclusion, we see the need for interdisciplinary training, regulation of the AFAN market and investment in public policies for this sector.

KEYWORDS: Physical Adventure Activities in Nature. Physical Education and Training. Professional Qualification.

Introdução

As Atividades Físicas de Aventura na Natureza (AFAN) são um fenômeno da sociedade moderna que oferece às pessoas a possibilidade de contato com o meio ambiente em experiências em seu tempo de lazer que proporcionam diferentes sensações, tais como liberdade, medo, prazer, autossuperação, adrenalina, relaxamento, autoconhecimento e uma melhoria na qualidade de vida de seus praticantes.

De acordo com Marinho (2017)⁴, há diferentes nomenclaturas para designar o que denominamos neste artigo de AFAN. Essas, por sua vez, são construídas e adotadas por estudiosos brasileiros que, de acordo com sua matriz epistemológica, dão sentido para o entendimento conceitual das ações realizadas em meio natural e que embasam seus estudos e teses.

Aqui adotamos o conceito de Betrán e Betrán (2016) por considerá-lo de abrangência internacional e por ter sido revisado recentemente, atualizando a compreensão inicial de Betrán (1995) sobre AFAN. Os autores consideram que as AFAN são práticas fundamentadas em atividades motoras que se utilizam de energias livres da natureza (como a eólica, a marítima ou da gravidade) e também de energia

⁴ Marinho (2017) adota em seus trabalhos a nomenclatura “atividades físicas e esportivas (AFEs) de aventura na natureza” e enumera os diferentes nomes dados as essas atividades por autores brasileiros, tais como: esportes de aventura, atividades de turismo de aventura, esportes e atividades de lazer na natureza, práticas corporais de aventura, práticas corporais de aventura na natureza, atividades de aventura e atividades de aventura na natureza.

gerada por motores, sejam eles movidos por energia fóssil, solar ou de outro tipo. Nas AFAN, seus praticantes buscam o contato com a natureza, a quebra da rotina e o risco controlado, sendo possível suas práticas ocorrerem em três planos: terrestre, aquático e aéreo.

Para Betrán e Betrán (2016), a tecnologia é um alicerce imprescindível para a realização dessas atividades. O uso de dispositivos, de equipamentos, de materiais e meios de controle tende a permitir a qualquer um desfrutar desses três planos de possibilidade de aventura. Esses aparatos também promovem maior grau de proteção nessas práticas, tendo em vista que as AFAN dispõem de um vínculo indissociável com o risco (BETRÁN; BETRÁN, 2016; LE BRETON, 2009).

No Brasil, a difusão de diferentes AFAN esbarra na falta de políticas públicas e de ações concretas no âmbito privado para a sustentabilidade de usufruto de áreas de conservação e melhoria do setor turístico, acarretando um cenário pouco produtivo para a atuação profissional (SCHWARTZ, 2006; BANDEIRA; AMARAL, 2017).

Vale mencionar que as AFAN, embora tenham em sua nomenclatura as palavras “atividades físicas”, remetendo-as diretamente aos interesses físico-esportivos do lazer (DUMAZEDIER, 1980), sua fruição e seu campo de conhecimento estabelece forte interrelações com os interesses turísticos (CAMARGO, 1992).

Nesse sentido, embora ocorra classificações relacionadas aos diversos interesses, tempos e espaços do lazer concordamos com Marinho (2008, p. 182) que a compreensão de lazer, como fenômeno, deve ter uma “[...]profunda relação com outras esferas da vida humana: política, econômica, religiosa, etc.”

No caso específico desse trabalho as AFAN são uma das facetas do lazer com um apelo para o consumo de vivências que ofereçam a quebra da rotina e o contato com

ambientes rurais, paisagens bucólicas e não urbanizadas, uma vez que o mundo cada vez mais tecnológico impulsiona as pessoas a buscarem esse tipo de atividade.

Infelizmente, o desenvolvimento das AFAN, por vezes enfrenta a falta de fiscalização do número de participantes, implicando em um comprometimento do manejo do ambiente receptivo, pois a capacidade de carga é maior do que a comportada e, também sem a devida preparação e/ou equipamentos adequados, acompanhados de profissionais sem a qualificação necessária ou simplesmente sem acompanhamento, resultando em acidentes e impacto ao meio ambiente (MUNHOZ, 2006).

O acompanhamento de um profissional qualificado durante a prática das AFAN poderia evitar os problemas elencados, uma vez que se espera que ele respeite às normas de segurança dos locais visitados e faça a organização prévia das atividades levando em consideração os fatores determinantes para esse tipo de prática (como previsão climática, equipamentos específicos, estudo do relevo etc.). Entretanto, na realidade brasileira nem sempre as pessoas que trabalham com as AFAN têm uma qualificação adequada e os conhecimentos técnicos e de primeiros socorros para a realização da prática (MUNHOZ, 2006).

Quando tratamos da questão do profissional que atua com AFAN, pensamos em um campo interdisciplinar. Desse modo, seria ideal que a capacitação desses profissionais pudesse ocorrer por meio de cursos superiores, como o bacharelado em Educação Física, e também o de Turismo. Uma vez que os temas abarcados pela prática da AFAN transitam nesses campos do conhecimento. Além disso, há também cursos técnicos que tem como finalidade capacitar esses profissionais, como o de primeiros socorros e o de técnicas verticais para atividades de escalada e rapel; oficinas de gestão de risco em ecoturismo e turismo de aventura; de competência mínima de condutor; de excelência em serviços; entre outros. Alguns desses cursos são oferecidos por

instituições não formais, como a Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA).

Embora o Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) preconize que os profissionais que orientam as atividades físicas ligadas as atividades de aventura devam ter formação em Educação Física, não é o que ocorre na maioria dos casos. A falta de controle do CONFEF na fiscalização dos profissionais que atuam com as AFAN se dá justamente pelas nomenclaturas utilizadas não fazerem referência à Educação Física, sendo esses profissionais chamados de guias de turismo, condutores de turismo, profissionais do turismo de aventura, entre outros (BANDEIRA; RIBEIRO, 2015).

Outro ponto que deve ser levado em conta com relação à formação do profissional de AFAN diz respeito ao risco, pois, de acordo com Paixão e Silva (2017), em estudo com monitores atuantes em práticas como rapel, montanhismo e escaladas, foi constatado que o risco é inerente às modalidades terrestres de esporte de aventura e, conseqüentemente, à atuação dos profissionais de AFAN.

De acordo com Marinho (2008), o risco expressa a probabilidade de que algo inesperado aconteça momentaneamente, podendo acarretar situações positivas e prazerosas, ou também situações negativas, como acidentes graves e às vezes até fatais.

Esse “jogo simbólico com a morte” com a impressão de controle e de profissionalismo, como Le Breton (2009) caracteriza, é o modo como os indivíduos envolvidos na prática de aventuras na natureza ressignificam a vida. Em uma sociedade que preza pela segurança e pela existência controlada e regrada, optar por essas atividades com a ligação intrínseca com o risco é uma maneira de fugir da rotina e regozijar-se em seu momento de lazer. Entretanto, o autor aponta que os estímulos propiciados pelas AFAN facultam a possibilidade de desenvolver em seus adeptos um sentimento de onipotência

e autoconfiança, movido pela ilusão da convicção de possuir controle total do risco (LE BRETON, 2009).

Embora haja audácia, necessita-se obter controle e conhecimento de espaço, técnicas, equipamentos e antecipação aos fatores climáticos, pois a natureza é imprevisível. Mudanças bruscas nas condições ambientais, associadas à falta de saberes que poderiam tornar o indivíduo capaz de decidir e agir antecipadamente, criando estratégias eficientes para superar um obstáculo, são um caminho para graves consequências (PAIXÃO; TUCHER, 2010).

A realidade mostra que em alguns casos apenas a utilização de equipamentos sofisticados não é suficiente para impedir um sério acidente. Para minimizar os potenciais de risco e obter sucesso na vivência, é necessário conciliar a prática com a organização, com o planejamento e com os procedimentos advindos de conhecimentos relativos às modalidades (PAIXÃO *et al.*, 2010; PAIXÃO; SILVA, 2017). Todos os pontos destacados são de extrema importância e devem fazer parte de um plano de base para a realização de qualquer atividade de aventura na natureza.

Avaliando a crescente difusão das AFAN no Brasil, vemos que Vitória, capital do Espírito Santo, e sua Região Metropolitana têm um grande potencial para sua prática, com praias, montanhas, parques e cachoeiras, ambientes ideais para a sua realização. Nessa região houve uma expansão recente de empresas que atendem à demanda de praticantes assíduos de AFAN e também de turistas e moradores locais que desejam ter experiência nesse tipo de prática.

Tendo em vista essa expansão, julgamos importante identificar o perfil dos profissionais responsáveis pela realização dessas atividades.

Como pontuam Paixão e Tucher (2010), considerando os riscos que essas práticas proporcionam, para uma realização segura, saudável e com menos riscos é

necessário que haja acompanhamento adequado, com procedimentos e estratégias advindos de conhecimentos relativos a tais atividades. Dessa forma, são indispensáveis a formação e a capacitação adequadas e qualificadas de profissionais atuantes na área.

Assim, este artigo objetivou delinear o perfil dos profissionais de AFAN que atuam na Região Metropolitana de Vitória, Espírito Santo, incluindo dados socioeconômicos, condições de trabalho, formação e os riscos que correm.

Esse estudo fez parte de um projeto de pesquisa maior que englobou, além do perfil dos profissionais, a investigação da qualidade de vida dos praticantes e o perfil das empresas que atuam com AFAN nessa região.

Vale mencionar também que essa investigação foi iniciada em 2018 e os primeiros resultados parciais encontrados foram publicados nos anais do XVIII Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa, realizado em 2019, em Lisboa/ Portugal (SILVA; MARCELOS, 2019), em especial os dados relativos à formação dos profissionais de AFAN.

Metodologia

O conhecimento científico é sempre uma busca de articulação entre teorias e a realidade empírica, e o método é o fio condutor para se formular essa articulação (MINAYO; SANCHES, 1993).

O presente trabalho caracteriza-se como um estudo quali-quantitativo. Essa escolha se deu por considerarmos essenciais essas duas abordagens, pois ambas se complementam na análise dos dados coletados na pesquisa, proporcionando uma interpretação minuciosa do que foi estudado.

Minayo e Sanches (1993) apontam que, ao mesmo tempo em que a abordagem qualitativa trata de dados como valores, representações, hábitos, atitudes e opiniões, ela

também é capaz de aprofundar a complexidade de fenômenos. Estes podem ser caracterizados como fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de ser abrangidos intensamente.

A abordagem quantitativa “[...] tem como campo de práticas e objetivos trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis” (MINAYO, SANCHES, 1993, p. 247). Como função da estatística presente nessa abordagem, é possível estabelecer a relação entre o modelo teórico proposto e os dados observados no mundo real, produzindo instrumentos para testar a adequação do modelo. Dessa forma, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente.

Dentro dessa perspectiva, por meio de um questionário semiestruturado (NEGRINE, 2010) com 11 perguntas mistas (abertas e fechadas), buscamos tratar de questões relacionadas aos dados socioeconômicos dos participantes, de sua formação profissional e dos riscos que correm durante sua atuação profissional com as AFAN, traçando, assim, seu perfil.

Para a escolha do público pesquisado, foi realizado um levantamento dos locais de prática de AFAN na Região Metropolitana de Vitória, Espírito Santo a saber, as praias de Fundão, Guarapari, Vitória, Vila Velha e Serra, nas quais encontramos os profissionais que orientam as práticas náuticas, e nas montanhas e morros localizados em Serra, Viana, Vila Velha e Vitória, locais nos quais encontramos os profissionais de práticas terrestres e aéreas. Na sequência, efetuamos contato com os profissionais atuantes nesses espaços e, num primeiro momento, realizamos o pré-teste do questionário com três deles. Com o questionário ajustado, após o pré-teste, em janeiro de 2019 foi feita a coleta de dados mediante visitas nos locais levantados e também por meio do recurso Google Formulários[®], para facilitar a participação, uma vez que no local nem sempre há disponibilidade para o profissional responder. A coleta de dados

foi finalizada em abril de 2019, e obtivemos um total de 25 questionários respondidos. Encerramos a coleta de dados nessa ocasião por esgotarmos os contatos nos principais locais de práticas de AFAN. Nesse sentido, por termos concentrado esforços em determinados espaços geográficos, consideramos, do ponto de vista qualitativo, que tivemos um número representativo de respondentes, uma vez que conseguimos mapear em outra investigação⁵ 15 empresas que atuam em Vitória e região metropolitana com AFAN.

A análise dos dados socioeconômicos, profissionais, das condições de trabalho, do tipo de formação, da percepção com relação aos conhecimentos que os profissionais julgam necessários para sua atuação e os tipos de risco que correm durante o trabalho foi realizada pelo programa de computador Excel[®] empregando ferramentas de estatística descritiva para apurar o percentual de respostas.

Parte do material gerado quantitativamente formou a base de dados de análise para a discussão qualitativa, que teve como foco principal o tipo de formação profissional, a percepção dos conhecimentos relevantes para a atuação profissional e os riscos que os trabalhadores de AFAN correm durante o trabalho.

Esses dados, por sua vez, foram analisados com base na metodologia de análise de conteúdo de Bardin (2011), que considera como unidade de contexto a resposta completa em cada uma das questões abertas e como unidades de registro o destacamento de expressões mais significativas para a construção das respostas.

Identificadas as unidades de contexto e as respectivas unidades de registro, foram estabelecidas as categorias de acordo com o agrupamento das unidades de registro que apresentavam similaridade entre si, com temas centrais comuns, e que, por sua vez, nomearam essas categorias.

⁵ A outra investigação que nos referimos é sobre o perfil das empresas que atuam com AFAN na região metropolitana de Vitória/ES e que fez parte de um projeto de pesquisa maior organizado por nós e mencionado na introdução do artigo. O relatório final se encontra em fase de finalização.

Foi com base nos resultados obtidos nas análises quali-quantitativas que realizamos a discussão.

Esta pesquisa obteve aprovação do Comitê de Ética de Pesquisa da UFES com o parecer consubstanciado n. 2.967.139/2018.

Passamos, então, a apresentar os resultados e discussões divididos em dados socioeconômicos, formação profissional e riscos na atuação profissional.

Dados Socioeconômicos

Dos 25 participantes da pesquisa, 84% eram do sexo masculino e 16%, do sexo feminino. Em relação aos dados etários, 44% tinham entre 20 e 30 anos, 28% entre 30 e 40 anos, 20% com mais de 40 anos, 4% com menos de 20 anos e 4% abstiveram-se de responder.

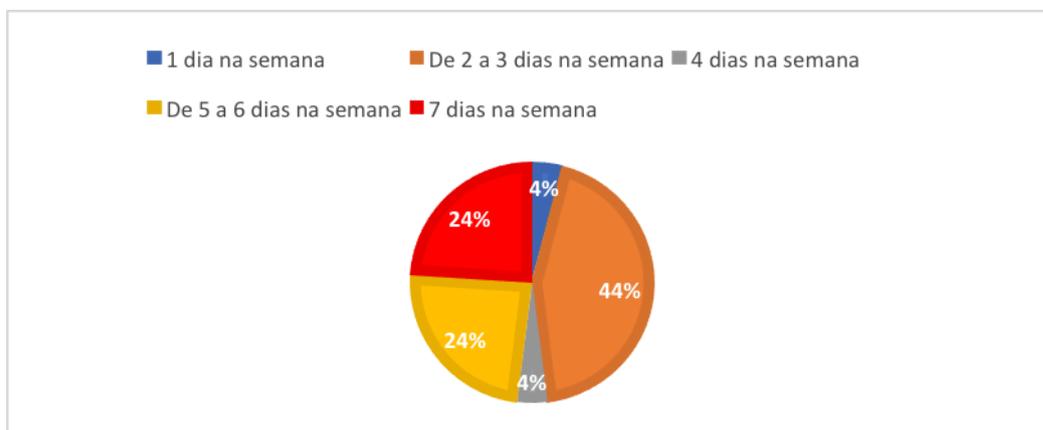
Esses dados mostram que o perfil dos profissionais participantes da pesquisa é predominantemente de homens (84%), cuja faixa etária corresponde entre 20 à 40 anos representando 72% desses indivíduos. Com base em sua pesquisa com profissionais da área, Paixão (2015) conclui que entre os principais motivos que propiciam a adesão do indivíduo como profissional, bem como a sua permanência nesse segmento, estão relacionados às experiências em diferentes AFAN primeiramente como praticante.

Tendo em vista esse parâmetro, cabe a análise da eminente predominância masculina na prática de atividades de aventura na natureza, fato que pode estar relacionado à imagem do homem idealizada e perpetuada historicamente, alusiva ao poder, à força, à bravura e à “onipotência”. Corroborando o que Le Breton (2009) menciona sobre a supremacia masculina nessas práticas, esses fatores sociais levam o

homem à inclinação em busca de autossuperação e reafirmação de sua existência e virilidade, desta forma, estreitam-se os laços do gênero com o risco.

Além disso, esse cenário é reforçado pelas barreiras impostas à inserção e à permanência das mulheres nas AFAN. Em estudo com foco em investigar a não presença feminina nessas práticas, Schwartz *et al.* (2013) consideram que entre os diversos fatores intervenientes para a inserção feminina nas AFAN ressalta-se a falta de tempo para conciliar trabalho, família e lazer, o que contribui para dificultar o envolvimento das mulheres nas AFAN. Os autores também destacam o preconceito de forma geral em relação à mulher, às vezes vindo por parte de parceiros amorosos, pelo ciúme de a praticante estar em contato com outros homens, por visões estereotipadas da própria sociedade, ao se considerar as AFAN estritamente uma prática masculina, ou pela desvalorização de capacidades e de habilidades femininas, como força e resistência (SCHWARTZ *et al.*, 2013).

Gráfico 1: Dias de trabalho



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Com relação a quantos dias da semana o profissional trabalha com AFAN, nesse caso excluindo-se os feriados e período de verão, épocas de alta temporada, e de acordo com o Gráfico 1, as frequências semanais com maior volume de respostas foram de

profissionais que afirmaram atuar entre 2 a 3 dias (44%), entre 5 a 6 dias (24%) e a atuação contínua de 7 dias na semana (24%).

Um dado interessante notado é que na região metropolitana de Vitória a modalidade da canoa havaiana não depende exclusivamente da alta temporada ou de turistas para ser praticada, embora também seja oferecida como uma vivência a ser desfrutada por turistas. Isso porque essa modalidade se tornou popular nas cidades de Vitória e Vila Velha e tem um público que a pratica assiduamente fazendo com que o profissional de AFAN possa atendê-lo com maior frequência. No Quadro 1, quando elencamos a formação profissional e o tipo de AFAN na qual o profissional atua, é possível notar que dos 25 participantes, 10 profissionais conduzem as atividades relacionadas a essa modalidade.

Na sequência do questionário foi indagado se o participante trabalhava em outro lugar e, caso a resposta fosse afirmativa em qual empresa. Foi apurado que 11 profissionais (44%) trabalham exclusivamente com as AFAN. E, dentre os 14 profissionais que trabalhavam em outros lugares, 43% eram autônomos e os demais eram funcionários em empresas privadas e públicas.

Nas respostas para a pergunta “Sua atuação na área de AFAN é sua principal fonte de renda?”, 56% dos profissionais alegaram que sua principal fonte de renda advinha do trabalho com as AFAN.

Dos 25 profissionais, apenas 28% mantinham vínculo empregatício com alguma empresa de AFAN, de acordo com as respostas à pergunta: “Você tem algum vínculo empregatício com alguma empresa de AFAN?”.

Quando questionados se pretendiam continuar atuando com as AFAN ou se era somente um trabalho temporário, apenas 8% afirmaram exercer a profissão de maneira temporária, e todos pretendiam continuar atuando na área.

Dado o cenário em questão, a respeito da frequência da atuação semanal, foi possível verificar que o maior volume de respostas (44%), indica que esses profissionais trabalham de 2 a 3 dias por semana. A maioria dos participantes (72%) não possuíam vínculo empregatício com empresas de AFAN, e 56% exercem outras atividades profissionais para além das ligadas a essa área. E, a mesma porcentagem de participantes da pesquisa, 56%, obtinham com esse trabalho sua principal fonte de renda.

Esse quadro provoca a reflexão acerca do exercício profissional uma vez que, apesar de haver um ambiente propício para o aumento da prática das mais diversas AFAN na Região Metropolitana de Vitória, como também para o crescimento dos setores de turismo, esporte e de lazer no estado, a não legitimação desse tipo de trabalho pode criar diversas barreiras para a atuação profissional.

O reconhecimento do profissional de AFAN como um (a) trabalhador (a) no âmbito do lazer pode assegurar um ambiente salubre e uma remuneração que proporcione vida digna.

Fora desse contexto, no enquadramento da realidade dos profissionais das AFAN no Espírito Santo, e de modo geral em todo o Brasil, dada a informalidade, identificam-se barreiras para esses indivíduos atuarem profissionalmente de maneira exclusiva e consistente, além de torná-los invisíveis diante do Estado.

Como resultado, temos esses profissionais atuando sem vínculo empregatício, como apresentado na amostra da Região Metropolitana de Vitória/ES, em que apenas 28% mantinham vínculo empregatício com alguma empresa da respectiva área. Muitas vezes com a necessidade de trabalharem em outros lugares, como os 56% dos participantes, que atuam em empresas privadas, públicas ou como autônomos,

realizando dupla jornada de trabalho pela necessidade de assegurar uma segunda fonte de renda, tendo em vista a inconsistência do campo.

Paixão e Tucher (2010) evidenciaram em pesquisa realizada em Minas Gerais, que a maioria dos instrutores entrevistados se encontrava em situação informal, sem vínculo empregatício oficializado e, também em sua maioria, não se encontra desenvolvendo as atividades como instrutores de forma exclusiva.

Bandeira e Ribeiro (2015) igualmente apresentam a mesma realidade, na qual os condutores de práticas de aventura na natureza, em sua maioria formados por profissionais da “prática”, sem curso superior completo, mas com uma relação mais estreita com a vivência das AFAN, relatam que, além da informalidade, precisam enfrentar a baixa remuneração. Mas, as autoras também apontam que no caso dos profissionais com nível superior que são coordenadores de área nas empresas de AFAN, ou que se tornaram empresários desse setor, a remuneração é maior.

Formação Profissional

Com relação à formação profissional, o Quadro 1 apresenta o nível de escolaridade, a formação acadêmica e as AFAN com a qual o profissional (P) atuava.

Quadro 1: Nível de escolaridade, formação acadêmica e modalidades de AFAN.

Nível de escolaridade	Profissional e opção de curso	Profissional e modalidades de AFAN em que atua
Superior Completo	P2 – Educação Física P7 – Direito P8 – Educação Física P10 – Educação Física P12 – Oceanografia P13 – Educação Física P15 – Engenharia Civil P17 – Educação Física P18 – Enfermagem P21 – Educação Física	P2 – Canoa havaiana P7 – Rapel, caiaque, trilhas, tirolesa e pêndulo P8 – Rapel, escalada, trilhas e <i>camping</i> e mergulho recreativo. P10 – Canoa havaiana P12 – Canoa havaiana P13 – Canoa havaiana P15 – Vela, caiaque P17 – Canoa havaiana P18 – Vela, caiaque P21 – Surfe

Superior Incompleto	P1 – Educação Física	P1 – Surfe, <i>stand up paddle</i>
	P4 – Educação Física e Administração de Empresas	P4 – Rapel, caiaque, trilhas, tirolesa e pêndulo
	P5 – Educação Física	P5 – Rapel e trilhas
	P6 – Educação Física	P6 – Canoa havaiana, vela, caiaque e <i>stand up paddle</i>
	P11 – Não Indicado	P11 – Canoa havaiana
Ensino Médio Completo	P20 – Não Indicado	P20 – Vela e <i>stand up paddle</i>
	P23 – Não Indicado	P23 – Canoa havaiana
	P3 – Técnico em Eletrônica	P3 – Rapel, caiaque, trilhas, tirolesa e pêndulo
	P9 – Técnico em Hospedagem	P9 – Trilhas, rapel, escalada, remada, mergulho, voo de parapente, salto de paraquedas e <i>rafting</i> .
	P14 – Sem Especialidade	P14 – Rapel
Ensino Médio Incompleto	P22 – Sem Especialidade	P22 – Turismo de aventura
	P24 – Sem Especialidade	P24 – Canoa havaiana
	P25 – Técnico em Eletrônica	P25 – Rapel, <i>stand up paddle</i> e caiaque
	P16 – Sem Especialidade	P16 – Canoa havaiana
	P19 – Sem Especialidade	P19 – <i>Stand up paddle</i>

Fonte: Adaptado de Silva, Marcelos (2019)

Ainda na perspectiva de investigar sobre a formação do profissional, indagamos: “Para atuar com essa AFAN, você necessitou de alguma formação específica? Se sim, qual?”. Para esse questionamento, 14 profissionais alegaram ter necessitado de formação específica. Com base nas orientações de Bardin (2011), elaboramos o Quadro 2 com as unidades de contexto, e no Quadro 3 apresentamos as categorias referentes às unidades de contexto.

Quadro 2: Unidades de contexto sobre as formações específicas.

	Unidade de Contexto	Profissionais	Frequência
1	Curso de salva-vidas	P1	1
2	Curso de primeiros socorros	P5, P9	2
3	Curso de resgate técnico	P3	1
4	Curso de resgate ambientes de altura	P4	1
5	Curso de técnicas verticais	P5, P6	2
6	Curso de guia de turismo	P9	1
7	Curso de condutor	P9	1
8	Curso na área de turismo, aventura e segurança	P9	1
9	Curso de instrutor de rapel	P14	1

10	Curso relacionado à condução de canoa havaiana	P11	1
11	Graduação em Educação Física	P8, P17, P22	2
12	Curso básico de vela	P18	1
13	Curso de formação em altura	P7, P21	2
14	Curso técnico não exemplificado	P24	1
15	Não necessitou de nenhuma formação	P2, P6, P10, P12, P13, P15, P16, P19, P20, P23 e P25	11

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Quadro 3: Categorias para as unidades de contexto sobre as formações específicas.

	Categoria	Unidade de Contexto	Frequência
1	Não necessitou de nenhuma formação	15	1
2	Sim, necessitou de formação em Educação Física	11	1
3	Sim, necessitou de formação em cursos técnicos	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13 e 14	13

Fonte: Adaptado de Silva, Marcelos (2019).

As AFAN são historicamente correlacionadas ao campo da Educação Física, dado o caráter e a especificidade de suas diversas modalidades, bem como as demandas que incidem sobre o profissional que se encontra responsável pela condução das práticas das AFAN (TRIANI *et al.* 2020). Tal relação é reforçada pelo Estatuto do Conselho Federal de Educação Física (CONFEEF, 2010) e pela Lei n. 9.696/1998 (BRASIL, 1998), que tratam da intervenção sobre o esporte, independentemente das formas como se manifesta, no âmbito do lazer e/ou competição, que deverá ser exercida por profissional de Educação Física com formação específica em nível superior. Contudo, os dados desse estudo demonstram que existem profissionais com diversos tipos de formação, seja em nível superior ou técnico, contradizendo a vocação do campo da Educação Física para atender exclusivamente à demanda dessa área.

A tentativa de regulamentar as profissões ligadas às AFAN ocorreu em governos anteriores ao atual (2003 a 2018), pelo então extinto Ministério do Esporte, no qual foram discutidas desde as nomenclaturas para os profissionais até quais setores seriam responsáveis pela organização das atividades econômicas ligadas a essa área. Entretanto, não houve nenhuma deliberação legal nesse sentido (BANDEIRA; AMARAL, 2017).

Nos resultados da pesquisa, temos 6 profissionais graduados no curso superior de Educação Física e 4 em processo de graduação (Quadro 1), apesar de apenas 3 indivíduos terem reconhecido o valor da formação superior (Quadro 3). Além disso, 60% dos profissionais não tinham formação superior ligada diretamente ao exercício da profissão.

Dessa forma, a inexistência de uma formação sistematizada oficial e específica, capaz de contemplar um ensino interdisciplinar de preparação para o profissional que atua com as AFAN, impossibilita traçar um perfil profissional único.

Schwartz e Carnicelli Filho (2006) apontam dados semelhantes em seu estudo, que objetivou investigar o perfil de formação dos guias de *rafting* de Brotas, São Paulo. Os autores discorrem sobre o fato de que nenhum dos instrutores entrevistados tinham formação de ensino superior, tendo somente cursos de formação técnica oferecidos pelas agências de turismo em que trabalhavam.

Um novo estudo realizado também em Brotas/SP, anos após o mencionado acima, constata que, com relação a formação dos profissionais de aventura (termo adotado pelas autoras), houve um crescimento de profissionais com curso superior. Embora alguns desses profissionais sejam de famílias de classe média alta ou alta, muitos deles tenham conseguido essa formação às duras penas, arcando com as despesas dos estudos em faculdades particulares próximas a Brotas ou então, vindo de

outras localidades, pois foram atraídos pela fama dessa cidade ser considerada a “capital da aventura no Brasil” (BANDEIRA e RIBEIRO, 2015).

O estudo de Amaral Junior et al. (2018) que trata da formação do profissional de AFAN e atuação em Santa Catarina traz elementos interessantes sobre a multidisciplinariedade no âmbito da formação havendo profissionais advindos de diferentes áreas do conhecimento. Destacamos que esses dados vão ao encontro dos que foram encontrados por nós, na medida em que grande parte dos profissionais participantes dessa pesquisa são formados em Educação Física ou interromperam esse curso. Os autores ainda apontam que as disciplinas voltadas para o campo da aventura são recentes nos currículos dos cursos de Educação Física corroborando com os achados de Santos et al. (2015) e que pode nos ajudar a compreender melhor a relação entre a Educação Física e o perfil dos profissionais de AFAN.

Embora tenhamos o predomínio dos profissionais de AFAN advindos da Educação Física, nesse estudo, não podemos deixar de considerar que a formação do profissional de AFAN abarca campos de conhecimento que não dizem respeito somente a Educação Física havendo interrelação com assuntos tratados no âmbito do Turismo, Ciências Biológicas, Oceanografia, Ecologia, Administração de Empresas, dentre outros. Nesse sentido, a construção de um único tipo de formação profissional torna-se inviável, pois os permite compreender que na dinâmica cotidiana relativa as diferentes AFAN existem perfis diferenciados e com competências específicas. Assim, talvez, não exista uma solução simples e imediata para se pensar uma formação ideal dos profissionais de AFAN, mas sim, reflexões acerca de limitações e caminhos para sanar lacunas encontradas na atuação desses profissionais. Concordamos com Amaral Junior et al. (2018, p. 55) quando afirmam que:

Ao mesmo tempo, o contrassenso sobre a necessidade de ter formação acadêmica ou não é algo recorrente entre os instrutores de atividades de aventura na natureza, sendo esta uma lacuna a ser preenchida por intermédio

de maiores debates acerca do processo de formação e atuação profissional neste campo, o qual deveria ocorrer não apenas no âmbito universitário e em pesquisas científicas, mas em conjunto com as entidades representativas das diferentes modalidades, os instrutores, os empresários do ramo, os praticantes e a sociedade em geral.

Dessa maneira, com o propósito de nos aprofundar a respeito da formação do profissional e a sua percepção acerca dessa formação, as questões 6 e 7 trouxeram dados que nos fizeram refletir sobre os conhecimentos que os participantes consideraram importantes para a atuação profissional.

Dos 25 participantes, 14 profissionais alegaram necessitar de formação específica para atuar profissionalmente. No Quadro 2, foram geradas 13 unidades de contexto contemplando os cursos técnicos pontuados pelos participantes e 1 contemplando a formação superior em Educação Física. No Quadro 3, temos que 11 profissionais foram enquadrados na categoria “Sim, necessitou de formação em cursos técnicos”, e 3 profissionais encaixaram-se na categoria “Sim, necessitou de formação em Educação Física”.

Paixão e Tucher (2010) mostram que, no que diz respeito às exigências para habilitar-se ao exercício profissional como instrutor de determinada modalidade, a ênfase recai, em sua maioria, na aquisição de certificados de cursos técnicos e de curta duração. Os autores supõem que essa realidade vem a ser uma consequência da falta da sistematização da formação profissional.

Ainda em relação à formação e capacitação, 72% dos profissionais pesquisados afirmaram que apenas os conhecimentos relacionados às técnicas e ao manuseio de equipamento não são suficientes para a atuação profissional e julgaram ser necessário outros tipos de conhecimentos, como os náuticos, marítimos e meteorológicos, conforme elencamos nos Quadros 4 e 5.

Quadro 4: Unidades de contexto sobre o conhecimento específico.

	Unidades de Contexto	Profissional	Frequência
1	Conhecimentos meteorológicos	P1, P18, P20	3
2	Relações públicas	P4	1
3	Conhecimentos náuticos	P2, P10, P12, P13, P24	5
4	Conhecimentos marítimos	P1, P2, P10, P13, P17, P18, P20	7
5	Saber lidar com as dificuldades e/ou limitações de praticantes	P1	1
6	Saber auxiliar os praticantes, dentro das suas limitações e dificuldades	P1	1
7	Saber respeitar e manter os próprios limites	P6	1
8	Conhecimento pessoal	P6	1
9	Conhecimento de primeiros socorros	P5, P8	2
10	Gestão de pessoas	P7, P17, P21	3
11	Atendimento ao cliente	P4, P21	2
12	Cuidado com a integridade física dos participantes	P20	1
13	Medidas de segurança	P15	1
14	Conhecimento de educação física	P5, P12	2
15	Conhecimento de psicologia	P9, P12	2
16	Conhecimento de fisioterapia	P12	1
17	Conhecimento de biomecânica	P2	1
18	Conhecimento de ciências sociais	P12	1
19	Conhecimento de oceanografia	P12	1
20	Conhecimento de fisiologia do exercício	P2	1
21	Conhecimento financeiros	P4, P21	2
22	Gestão empresarial	P7, P21	2
23	Curso de liderança	P21	1

24	Conhecimentos básicos	P3	1
25	Não especificaram/responderam	P11, P14, P16, P19, P22, P23, P25	7

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Quadro 5: Categorias para as unidades de contexto sobre conhecimento específico.

	Categoria	Unidades de Contexto	Frequência
1	Conhecimentos na área das Ciências Humanas	15, 18, 22	3
2	Conhecimentos na área das Ciências Biológicas e da Saúde	14, 16, 17, 20	4
3	Conhecimentos na área das Ciências Exatas	21	2
4	Conhecimentos ligados ao meio ambiente e às Ciências da Terra	1, 19	1
5	Conhecimentos ligados às AFAN náuticas	3, 4	2
6	Conhecimentos ligados às relações humanas	2, 5, 10, 11, 23	5
7	Conhecimentos pedagógicos e didáticos	6	1
8	Conhecimentos advindos da experiência	7, 8, 24	3
9	Conhecimentos ligados à segurança da prática das AFAN	9, 12, 13	3

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Nos Quadros 4 e 5, podemos observar que há uma maior frequência de unidades de contextos na categoria de “Conhecimentos ligados às relações humanas”, mostrando uma realidade que coaduna com o que Schwartz e Carnicelli Filho (2006) referem sobre a necessidade de lidar com as emoções próprias e com as dos participantes/clientes como um grande desafio apontado pelos profissionais, conhecimento este tido como necessário.

Os “Conhecimentos na área das Ciências Humanas” e os “Conhecimentos pedagógicos e didáticos” complementam e reafirmam a percepção acerca das relações humanas. Lidar com pessoas é tratar constantemente com subjetividades. A individualidade torna cada pessoa um ser complexo e com diferentes necessidades. Esse fato, em conjunto com as adversidades de ambiente, tempo e momento, requer

estratégias e ações rápidas, muitas vezes distintas. Exige igualmente o ato de ensinar e orientar, de lidar com as diferenças e tentar minimizar a angústia ou a ansiedade do outro, saber como falar e agir diante de um problema ou situação e como solucioná-los. Esses são saberes relacionados e advindos de conhecimentos pedagógicos, psicológicos, entre outros recursos de ensino sistematizados, e os profissionais da área não logram acesso a eles em cursos de curta duração ou técnicos. Nesse sentido, Amaral Júnior et al. (2018) destacam a importância dos componentes didático-pedagógicos e psicológicos na formação do profissional de AFAN e afirmam que os cursos de formação superior, em especial, o de Educação Física pode colaborar de forma qualitativa com esse aspecto formativo.

A categoria “Conhecimentos na área das Ciências Biológicas e da Saúde” tem um número de frequências significativo, demonstrando a necessidade sentida pelos profissionais estudados de obter conhecimentos relacionados ao corpo, da fisiologia humana ao movimento corporal biomecânico.

Vale mencionar a contradição na categoria “Conhecimentos ligados ao meio ambiente e às Ciências da Terra”, composta de apenas duas frequências. Vários autores, como Munhoz (2006), Figueiredo e Schwartz (2013), discorrem sobre a importância de se ter conhecimentos sobre o meio ambiente para que se possa orientar como preservá-lo. Entretanto, nem todos os profissionais e, alguns empresários, donos de agências de atividades de aventura, se preocupam com a preservação ambiental. Bandeira e Ribeiro (2015) mencionam que nem sempre as vivências das AFAN caminham junto com a educação ambiental. Entretanto, é válido lembrar que as AFAN dependem da preservação ambiental para que o praticante possa usufruir dos elementos propiciados por esse tipo de vivência como a quebra da rotina e fuga do ambiente urbano.

A categoria “Conhecimentos advindos da experiência” reitera, implicitamente, a presença de praticantes de AFAN compondo o quadro de participantes da pesquisa. Esse tipo de conhecimento não pode ser desprezado, pois muitas vezes é por meio da experiência empírica que é possível demonstrar entusiasmo aos novos adeptos para a adesão às práticas, bem como resolver questões inerentes aos problemas relativos a determinadas AFAN (BANDEIRA e RIBEIRO, 2015). Além disso, há uma valorização da vivência prática no campo de forma integral, o que torna esses conhecimentos essenciais e indispensáveis quando pensada a sistematização desse campo profissional. No estudo de Amaral Junior *et al.* (2018), as vivências práticas são, prioritariamente, apontadas como formação considerada necessária para atuar na área.

Ainda no que se refere à experiência prática com relação às AFAN, a categoria “Conhecimentos ligados às AFAN náuticas” demonstra a vocação que o município de Vitória e sua Região Metropolitana têm em atender os praticantes de atividades realizadas no mar. No Quadro 1, podemos verificar que a maioria dos profissionais tem um envolvimento com o ensino ou a instrução de canoa havaiana, *stand up paddle*, caiaque, vela e mergulho recreativo.

Amaral Júnior *et al.* (2018) chama a atenção para as diferentes AFAN que podem ser encontradas em diversas cidades brasileiras nas quais suas particularidades ligadas ao ambiente natural revelam a vocação regional e propiciam a fruição e recepção de turistas influenciando no perfil de profissionais que atuam na localidade.

Entre as demais categorias elencadas, vale ressaltar a de “Conhecimentos ligados à segurança da prática das AFAN”, em que os próprios profissionais estabelecem uma relação entre a formação profissional e o risco. Nela destaca-se a preocupação com a segurança da prática tendo em vista o risco presente nessas atividades. Entretanto, ainda que no ato da prática sejam empregados a técnica, o uso e o manuseio de equipamentos

de qualidade, além da utilização de tecnologia e sobretudo a vontade de exceder e superar os limites, nada disso é suficiente para impedir situações imprevisíveis. A existência dessa categoria traz a necessidade de se discutir a associação do risco com a formação profissional.

Na tentativa de aprofundar o conhecimento e entender o contexto no qual esses profissionais trabalham, torna-se essencial identificar as dificuldades que estes enfrentam no exercício da profissão. Essa indicação pode ser verificada no Quadro 6, na qual temos 17 unidades de contextos exemplificando as diversas dificuldades encontradas no dia a dia desses profissionais. Reduzidas para 7 categorias, no Quadro 7, observamos que, embora sejam elementos diferentes, a maioria das dificuldades tem alguma relação ou são resultado da deficiência de políticas públicas. Na categoria “Carência de políticas públicas para o incentivo da prática das AFAN”, consta a maior frequência de unidades de contexto, apontando esse problema como determinante para o exercício profissional.

Quadro 6: Unidades de contexto sobre a dificuldade para trabalhar com as AFAN.

	Unidades de Contexto	Profissionais	Frequência
1	Baixa temporada	P1, P20	2
2	Falta de literatura conceitual	P2	1
3	Saber lidar com a segurança dos praticantes	P3	1
4	Falta de profissionais capacitados	P4	1
5	Interferências climáticas	P4, P17, P22	3
6	Falta de apoio/incentivo governamental	P4, P7, P18, P19, P25	5
7	Falta de reconhecimento turístico no estado	P4	1
8	Falta de apoio/incentivo governamental para o turismo local	P5, P8	2
9	Saber lidar com os clientes	P6	1
10	Concorrência de empresas com preços baixos e sem qualificação	P9, P14	2

11	Capacitação profissional	P10, P21	2
12	Conseguir manter o trabalho sem apoio/parceria externa	P12	1
13	Falta de políticas públicas	P15	1
14	Dificuldade com os horários das atividades	P16	1
15	Falta de equipamentos	P23	1
16	Mão de obra	P21	1
17	Poluição do meio ambiente	P18	1

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Quadro 7: Categorias para as unidades de contexto sobre a dificuldade para trabalhar com as AFAN.

	Categorias	Unidades de Contexto	Frequência
1	Fatores ambientais	5, 17	2
2	Carência de políticas públicas para o incentivo da prática das AFAN	1, 6, 7, 8, 13	5
3	Falta de capacitação profissional	4, 9, 11, 16	4
4	Falta de recursos adequados para o desempenho profissional	15	1
5	Carência de produção científica sobre as AFAN	2	1
6	Regulação do mercado das AFAN	10, 12	2
7	Dificuldades subjetivas dos profissionais	14	1

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Esses dados são similares com o que é abordado em estudos como os de Marinho (2017) e Bandeira e Amaral (2017), que apontam a carência de ações no âmbito das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. Essa deficiência acarreta um cenário de atuação pouco produtivo, no qual há uma barreira para a difusão das diferentes AFAN, assim como pela falta de ações concretas para a consolidação da sustentabilidade do usufruto das áreas de conservação e do turismo (SCHWARTZ, 2006).

Embora haja um contexto no qual não caberia atribuir a responsabilidade das dificuldades encontradas por esses profissionais em seu campo de atuação em um único

setor, torna-se inevitável e indiscutível a relação entre causa e efeito. A carência de políticas públicas e a não regulamentação desse mercado de trabalho fomentam um cenário complexo, que gera inúmeros problemas.

A sistematização de uma prática profissional via sindicatos e sociedade civil pode dar sustentabilidade a determinada profissão, incentivando a luta por seu reconhecimento pelo Estado. Diante dessa ação, pode-se cogitar certa identidade jurídica e pública ao exercício da profissão, sendo uma maneira de articulá-la mediante um eixo norteador, no qual podem ser estabelecidos normas e padrões para serem seguidos e respeitados.

Esse reconhecimento da profissão poderia incentivar a criação de cursos de ensino superior ou mesmo a organização de cursos de pós-graduação *latu sensu* nesse campo, estimulando novos estudos sobre o tema. Isso de certa forma poderia suprir a lacuna da “Carência de produção científica sobre as AFAN”, mencionada no Quadro 7. De fato, o que fica evidente, para além do efeito “causa-consequência”, é uma situação em que, não havendo o incentivo público de diligências voltadas para o fomento das práticas de AFAN, a iniciativa privada também não se mobiliza e, conseqüentemente, não pressiona o Estado em sistematizar e colocar em ação políticas públicas estimulando as AFAN. Infelizmente, por vezes, quando vemos a mobilização da iniciativa privada ela ocorre em benefício próprio pressionando o Estado na formulação de leis nas quais não há a preocupação em gerir de forma responsável os recursos naturais e as áreas de proteção ambiental.

Caso houvesse uma mudança na atual conjuntura, talvez a dificuldade apontada no Quadro 7 de “Falta de recursos adequados para o desempenho profissional” poderia ser resolvida com a produção de materiais nacionais para a prática de AFAN ou menos

carga tributária nas importações desses materiais que muitas vezes possuem uma tecnologia de ponta.

De toda forma, ainda tratando a respeito das dificuldades encontradas por esses profissionais no exercício de seu trabalho, há problemas como o apontado na categoria “Fatores ambientais”, que foge ao controle das políticas públicas ou da iniciativa privada, ou seja, a imprevisibilidade da natureza não pode ser controlada pelo ser humano. Além das “Dificuldades subjetivas dos profissionais” que contemplam a unidade de contexto do Quadro 6 relacionada à “Dificuldade com os horários das atividades”, pois se trata da vida de cada indivíduo e do modo como cada um lida com ela. Entretanto, não deixamos de cogitar que uma possível causa dessa dificuldade com os horários poderia estar associada com a necessidade de se ter dois trabalhos remunerados, como apontado nos dados socioeconômicos dos participantes.

Riscos na Atuação Profissional

Quando abordamos as questões relacionadas ao risco durante a atuação profissional 80% dos participantes afirmaram correr diversos tipos de risco, como os elencados nos Quadros 8 e 9.

Quadro 8: Unidades de contexto sobre correr riscos trabalhando com AFAN.

	Unidades de Contexto	Profissionais	Frequência
1	Risco de afogamento	P1, P6, P9, P12, P15, P16	6
2	Risco de queda de altura	P3, P4, P7, P9, P25	5
3	Risco de escoriações	P4	1
4	Risco de picadas de animais	P4, P5, P9	3
5	Risco em relação aos fenômenos da natureza	P1, P4	2
6	Excesso de carga de equipamentos	P5	1
7	Exposição ao sol	P5, P22	2
8	Risco de torções	P5, P9, P22	3
9	Risco de acidentes marítimos	P10, P23	2

10	Risco de lesão	P12, P15, P22	3
11	Responsabilidade sobre a vida dos praticantes	P19	1
12	Risco de acidentes náuticos	P13, P18, P20, P21	4

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Quadro 9: Categorias para as unidades de contextos sobre correr riscos trabalhando com AFAN.

	Categorias	Unidades de Contexto	Frequência
1	Risco relacionado às atividades aquáticas	9, 12	2
2	Risco relacionado ao ambiente natural	4, 5, 7	3
3	Risco relacionado à integridade corporal	1, 2, 3, 6, 8, 10	5
4	Risco relacionado à responsabilidade civil	11	1

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Ao realizar o primeiro levantamento de dados bibliográficos na área da AFAN, encontramos diversos artigos evidenciando a correlação constante entre o risco e a atuação profissional nesse âmbito (PAIXÃO; TUCHER, 2010; PAIXÃO, 2015; PAIXÃO; SILVA 2017).

A maioria dos indivíduos praticantes dessas vivências, são pertencentes a classes socioeconômicas privilegiadas, sendo passíveis de optar por qual rotina e realidade seguir, mas estes não representam majoritariamente a sociedade na qual vivemos. Assim como nós, que estamos grande parte dos profissionais de AFAN têm condições de vida precárias e arriscam todos os dias a própria existência (LE BRETON, 2009).

Bandeira e Ribeiro (2015) constata que o risco que os profissionais correm quando atuam é real e são contra o uso das expressões “risco imaginário”, “risco simbólico” e “simulacro de risco”, pois os dados demonstrados em pesquisas recentes sobre o tema afirmam que, embora calculado e gerido, o risco nesses contextos não é uma invenção ou uma expectativa, e sim uma concretude que preocupa o condutor.

Nesse cenário, 80% dos profissionais pesquisados reconheceram e confirmaram a presença do risco, além de pontuarem diversas situações e possíveis acidentes graves (Quadro 8). Em contraposição, o risco não surte nenhum efeito de influência negativa, e 92% desses profissionais não hesitaram em afirmar que sua atuação profissional é permanente e estável, pretendendo nela continuar.

Remetendo à literatura para analisar os sentidos atribuídos às escolhas profissionais desses indivíduos, é possível associá-los ao fato de que um dos principais motivos pela busca da prática das AFAN dá-se pela existência do risco, que representa algo indissociável da aventura. Ele expressa uma probabilidade de que algo inesperado aconteça, mesmo que momentaneamente, podendo igualmente acarretar situações positivas e prazerosas (MARINHO, 2008).

Entretanto, a presença do risco é permanente e suas manifestações podem ser simples ou trazer graves consequências, como as mencionadas pelos profissionais participantes da pesquisa. Ou seja, ainda que o risco seja um dos combustíveis que alimentam o desejo pelas AFAN, cabe aos profissionais administrar e aliar conhecimentos e ações que visem minimizar a existência do risco, além de contemplar aspectos relacionados à preservação do meio natural assegurando ao praticante não somente o prazer e a aventura, mas principalmente sua integridade física e emocional (PAIXÃO, 2015). Esse fato faz com que a responsabilidade ética e jurídica em acidentes recaia particularmente sobre o profissional.

Verificando os resultados de modo geral, temos uma problemática, pois, embora a maioria desses indivíduos pesquisados reconheçam a presença do risco, apenas 4 consideraram necessário “Conhecimentos ligados à segurança da prática das AFAN” (Quadro 5). Associado a isso, apesar de 78% dos profissionais apresentarem qualificação e formação técnica ou superior, apenas 56% apontaram tal necessidade

para atuar profissionalmente com as AFAN (Quadros 2 e 3). Tais informações sugerem certa displicência e deixam em aberto o questionamento de como esses profissionais tendem a agir em situações de riscos.

Conclusões

A amostra de participantes representa uma parte dos profissionais que atuam com AFAN na Região Metropolitana de Vitória, Espírito Santo, mas, com base na abordagem exploratória realizada nos locais de atuação, obtivemos elementos qualitativos para apontar algumas conclusões.

De acordo com as respostas ao questionário, foi possível constatar uma grande concordância com relação à necessidade de uma formação interdisciplinar na qual, além do conhecimento técnico e o manuseio de equipamentos, encontram-se as necessidades ligadas a outros aspectos, como os de preparação pedagógica e psicológica para a devida atuação profissional, juntamente aos conhecimentos empíricos advindos das experiências práticas.

Como um estudo precursor a respeito do perfil desses profissionais na região metropolitana de Vitória, se considerado seu caráter investigativo, ao traçar um paralelo entre os dados da análise e os dados à luz da literatura, as respostas e as informações obtidas corroboram com a realidade de outros estados do Brasil, no que diz respeito as lacunas presentes na formação desses profissionais que repercutem em sua atuação.

Por meio da análise dos resultados podemos constatar que a falta de dispositivos regulamentares afeta diretamente a atuação dos profissionais de AFAN, pois assim se propaga a desvalorização social do exercício profissional pela sua ilegitimidade, inexistência de garantias e/ou direitos trabalhistas para os profissionais prestadores de serviços de empresas de AFAN, questões relativas aos aspectos de formação para a

atuação da atividade profissional, entre outros pontos que vão além, como o uso da natureza de forma imprudente pela falta de fiscalização e prioridade à preservação do meio ambiente. Nesse sentido, as condições de trabalho não são adequadas, em virtude da complexidade do setor e do risco que correm ao oferecer esse tipo de atividade.

Em relação ao risco, um fato que vale ser mencionado e que corrobora a percepção da carência de uma formação interdisciplinar estruturada e de dispositivos regulamentadores desse setor é a dificuldade encontrada pelos próprios profissionais em lidar com as adversidades proporcionadas pela prática. Embora o risco seja o que atrai o público consumidor das AFAN e ele seja calculado e gerido, ele não é uma invenção ou uma expectativa, e sim uma concretude que preocupa o profissional.

Por fim, embora os dados retratados exponham uma face da realidade, eles não devem ser empecilhos para a atuação profissional das AFAN, mas sim pontos a serem refletidos quando se trata do perfil desse profissional.

REFERÊNCIAS

AMARAL JUNIOR, A. J.; VAZ, J. M.; CORREIA, P. M. S.; MANFROI, M. N.; FIGUEIREDO, J. P.; MARINHO, A. Formação e atuação profissional de instrutores de atividades de aventura na natureza em Florianópolis (SC). *Licere*, v. 21, n. 4, p. 26-59, 2018. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2018.1930>.

BANDEIRA, M. M. M.; AMARAL, S. Prática de aventura: demanda por novas políticas públicas de lazer no Brasil. In: AMARAL, S.; SILVESTRE, B. (org.) **Políticas públicas em Educação Física, Esporte e Lazer**: múltiplos olhares. Fortaleza: Express, 2017. p. 35-70.

_____.; RIBEIRO, O. C. F. Sobre os profissionais da aventura: problemas da atuação na interface esporte e turismo. *Licere*, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 116-157, set. 2015. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2015.1131>.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BETRÁN, J. O.; BETRÁN, A. O. Las actividades físicas de aventura en la naturaleza (AFAN): revisión de la taxonomía (1995-2015) y tablas de clasificación e identificación de las prácticas. **Apunts**: Educacion Física y Deportes, Barcelona, v. 2, n. 124, p. 53-88, 2016.

BETRÁN, J. O. Las actividades físicas de aventura en la naturaleza: análisis sociocultural. **Apunts: Educacion Física y Deportes**, Barcelona, n. 41, p. 5-9, 1995.

BRASIL. Lei n. 9.696, de 1 de setembro de 1998. Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1998.

CAMARGO, L. O. de L. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CONSELHO Federal de Educação Física (CONFEF). Estatuto do Conselho Federal de Educação Física. Resolução CONFEF 206/2010. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.confef.org.br/confef/resoluções/274>. Acesso em: 02 fev. 2021.

DUMAZEDIER, J. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: SESC, 1980.

FIGUEIREDO, J. P.; SCHWARTZ, G. M. Atividades de aventura e educação ambiental como foco nos periódicos da área de Educação Física. **Motriz – Revista de Educação Física**, Rio Claro, v. 19, n. 2, p. 467-479, 2013.

LE BRETON, D. **Condutas de risco: dos jogos de morte ao jogo de viver**. Campinas: Autores Associados, 2009. p. 151-160.

MARINHO, A. Atividades físicas e esportivas e meio ambiente. *In: Relatório de desenvolvimento humano nacional – Movimento é vida: atividades físicas e esportivas para todas as pessoas*. Brasília, DF: PNUD, 2017. Disponível em: <https://movimentoevida.org/wp-content/uploads/2017/09/Atividades-Físicas-e-Esportivas-e-Meio-Ambiente.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

_____. Lazer, aventura e risco: reflexões sobre atividades realizadas na natureza. **Movimento**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 181-206, maio/ago. 2008.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo e qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993.

MUNHOZ, J. Aspectos organizacionais das AFAN. *In: SCHWARTZ, G. M. (org.). Aventuras na natureza: consolidando significados*. Jundiaí: Fontoura, 2006. p. 197-208.

NEGRINE, A. Instrumentos de coleta de informações na pesquisa qualitativa. *In: MOLINA NETO, V.; TRIVIÑOS, A. N. S. (org.). A pesquisa qualitativa na educação física: alternativas metodológicas*. 3. ed. Porto Alegre: Salina, 2010. p. 61-99.

PAIXÃO, J. A. Entre a aventura e o risco: formação e atuação profissional de instrutores de esporte de aventura no estado de Minas Gerais. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 254-271, 2015.

_____.; SILVA, M. P. O risco na concepção de instrutores de esporte de aventura. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 29, e149927, 2017.

PAIXÃO, J. A.; TUCHER, G. Risco e aventura por entre as montanhas de Minas: a formação do profissional de esporte de aventura. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 13, n. 3, p. 1-19, set./dez. 2010.

_____. *et al.* Práticas aventureiras e situações de risco no voo livre: uma análise a partir do conceito de redoma sensorial. **Motriz** – Revista de Educação Física, Rio Claro, v. 16, n. 3, p. 672-681, 2010.

SANTOS, P. M.; MANFROI, M. N.; FIGUEIREDO, J. P.; BRASIL, V. Z.; MARINHO, A. Formação profissional e percepção de competências de estudantes de educação física: uma reflexão a partir da disciplina de esportes de aventura e na natureza. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 26, n. 4, p. 529-540, out./dez. 2015.

SCHWARTZ, G. M. A aventura no âmbito do lazer: as AFAN em foco. **Aventura na natureza**: consolidando significados. Jundiaí: Fontoura Editora, 2006.

_____.; CARNICELLI FILHO, S. (Desin) Formação profissional e atividades de aventura: focalizando os guias de “Rafting”. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 103-109, 2006.

_____. *et al.* Preconceito e esportes de aventura: a (não) presença feminina. **Motricidade**, Ribeira de Pena, v. 9, n. 1, p. 57-68, 2013.

SILVA, P. C. C.; MARCELOS, L. J. R. O perfil dos profissionais que atuam com as Atividades Físicas de Aventura na Natureza na região metropolitana de Vitória/ES – Brasil. *In*: CONGRESSO IBERO AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA (CIAIQ), 8, 2019, Lisboa. **Anais...** Lisboa: Ludomedia, v.1. p.354 – 359, 2019.

TRIANI, F. S. *et al.* Esportes de aventura praticados na Barra da Tijuca e São Conrado, RJ: um levantamento das modalidades e formação do instrutor. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 32, n. 61, p. 1-15, 2020.

Endereço das Autoras:

Paula Cristina da Costa Silva
Departamento de Ginástica
Centro de Educação Física e Desportos
Universidade Federal do Espírito Santo
Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário - Goiabeiras
Vitória – ES – 29.075-810
Endereço Eletrônico: paula.silva@ufes.br

Lara Júlia Rodrigues Marcelos
Rua Jahira Santos Rodrigues, 20 – ap. 103 - Jardim da Penha
Vitória – ES – 29.060-160
Endereço Eletrônico: lara.marcelos@hotmail.com